

“Sem lugar no mundo”: a circulação dos itinerantes no interior paulista

“Without a place in the world”: the movement of homeless people in the countryside of São Paulo

Luciano Márcio Freitas Oliveira¹
Ângelo Martins Júnior^{}**

Resumo:

O objetivo deste artigo é refletir acerca dos discursos e práticas produzidos em relação aos moradores de rua, no Brasil, e como tais práticas têm impactado a mobilidade desses sujeitos em cidades médias do interior paulista. Durante as décadas de oitenta e noventa, a relação migração, desemprego e situação de rua caracterizou as pesquisas e as políticas públicas, mais especificamente, as políticas de Assistência Social, em relação ao atendimento ao morador de rua. Partimos do pressuposto de que tal relação de causalidade não só norteou práticas e discursos sobre a presença de pessoas vivendo nas ruas de cidades médias do interior paulista, mas também deu origem a uma rede socioassistencial que acabou por reproduzir uma contínua circulação de pessoas nas ruas. O artigo é resultado de pesquisa de levantamento bibliográfico sobre a temática moradores de rua no Brasil e de material empírico coletado por meio de entrevistas com moradores de rua e técnicos da rede de atendimento na cidade de São Carlos SP.

Palavras-chave: Política pública. Assistência social. Interior paulista. Itinerantes. Morador de rua.

Abstract:

This article aims to analyse the discourses and practices produced and directed at the homeless people in the last three decades, as well as the impact such practices have on the mobility and/or settling of these subjects in the medium cities of São Paulo state. During the eighties and nineties, the direct link made between migration and unemployment marked the main perspectives on studies and public policies, more specifically on those of Social Work, regarding to homeless people. We argue that this relationship of causality has not only guided practices and discourses about the presence of people living on the streets in the medium cities of São Paulo, but also it

¹ Graduado em Ciências Sociais (Unesp -Universidade Estadual Paulista), Mestre em Sociologia (UFSCar – Universidade Federal de São Carlos). Doutorando em Serviço Social e Políticas Sociais (UEL – Universidade Estadual de Londrina). Coordenou a política de atendimento à população em situação de rua nos municípios de Araraquara e São Carlos. Dirigiu a Proteção Social Especial na Prefeitura de Ourinhos. luciano.sociais@gmail.com

^{**} Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia (UFSCar – Universidade Federal de São Carlos), vinculado ao laboratório de Estudos sobre o Trabalho, Profissões e Mobilidades (LEST/UFSCar). Atualmente é Doutorando em Sociologia no Goldsmiths College – University of London. martins.ajunior@gmail.com

resulted in the creation of a social assistance network which helps to reproduce the circulation of people.

Keywords: *Public policy. Social work. Itinerant people. Homeless.*

Introdução

A calamidade que vem se abatendo sobre um número cada vez maior de pessoas não é a perda dos direitos específicos, mas a perda de uma comunidade disposta e capaz de garantir quaisquer direitos. O homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da sua própria comunidade é que o expulsa da humanidade (ARENDR, 2009, p. 331).

Nos últimos anos, houve um crescimento, no Brasil, do debate sobre as pessoas que vivem nas ruas das cidades. As políticas de atendimento voltadas a essa população adquiriu importância na agenda pública em nível municipal e, no início dos anos dois mil, adentrou no debate do Governo Federal. No entanto, enquanto essa questão não se tornou pauta da agenda nacional, várias experiências de atendimento aos moradores de rua foram praticadas por alguns municípios a partir de critérios elencados pela gestão local. Algumas capitais se destacaram no que tange à consolidação de uma política pública que visava a uma intervenção mais focalizada, como as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre (SILVA, 2009). No caso da capital paulista, o atendimento à população em situação de rua, ao longo de cinquenta anos, possibilitou o surgimento de uma rede de atenção que resultou na construção de albergues, casas de convivência e diversos programas de “reinserção social”, coordenados pela secretaria de Assistência Social, que se tornaram referência como modelo de gestão dessa população (COSTA, 2007).

É nesse contexto que foram analisados discursos e práticas voltados aos moradores de rua, nos anos de 1980 e 1990, e o impacto destes no que diz respeito à mobilidade e/ou fixação desses sujeitos. O artigo está dividido em três partes: a primeira compreende uma análise de como se deu a construção dos discursos que focavam a relação entre migração, desemprego e situação de rua; a segunda apresenta uma reflexão sobre como a relação supracitada caracterizou as pesquisas e as políticas públicas, especificamente, no âmbito da Assistência Social, nos anos oitenta e noventa; a terceira apresenta uma discussão de como tal relação possibilitou a construção de discursos e

práticas sobre os moradores de rua, que culminaram na circulação permanente de milhares de pessoas pelas cidades do interior paulista. Para a elaboração deste estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática moradores de rua (materiais acadêmicos, jornais e revistas) e entrevistas com moradores de rua e *trecheiros* que frequentavam os serviços de atendimento e com técnicos que atuavam na rede de atendimento ao segmento citado, no município de São Carlos, interior do Estado de São Paulo.

É necessário destacar que temos ciência de que há diferentes formas de experienciar a vida na rua, seja no que diz respeito à circulação e/ou à permanência nas cidades. Termos como *trecheiros* e *pardais*², por exemplo, exprimem essa diferença. Contudo, este estudo não tem como foco essa diferenciação dicotômica entre os que circulam e os que se fixam, pois seu objetivo é levantar elementos que possibilitem analisar como a circulação de pessoas foi construída e financiada pelo Estado, enquanto política de atendimento, de modo a dar origem a um contingente de pessoas classificadas como *itinerantes*.

Morador de rua: um migrante desempregado

Ao se refletir sobre os *moradores de rua*, constata-se que uma parte considerável da produção acadêmica sobre a temática concentra-se na análise da questão nas metrópoles do país, relacionando-a à industrialização, à *migração* e aos crescentes níveis de pobreza que acompanharam o desenvolvimento dos grandes centros no Brasil³.

De acordo com Giorgetti (2010), os estudos sociológicos realizados na década de 1970 buscaram propor um esquema de análise que incorporasse as classes

² O primeiro trabalho que conhecemos sobre as diferentes formas de viver na rua, no início do século XX, foi o realizado por Anderson (2011), na cidade de Chicago. Este estudo é uma reflexão sobre como situações de desemprego, problemas da vida privada e/ou inadaptação ao trabalho levam algumas pessoas a deixar seus lugares de origem e a se tornarem *hobo*, isto é, homem que viaja em busca de um trabalho, não tem laços com a terra onde viveu e atravessa o país a procura e emprego e profissão. No Brasil essa diferença é apresentada por Di Flora (1987), Vieira e Rosa (1997) e Brognoli (1996), por meio dos termos: *trecheiro* (pessoas que percorrem um trecho, a pé, pelas estradas do país, ou de ônibus, graças à doação de passagens interurbanas pelos serviços de assistência social); e *pardal* (pessoas que se fixam nas ruas das cidades por um determinado tempo). Para Brognoli (1996), a diferença se dá pelo deslocamento espacial que separa *trecheiros* e *pardais*, segundo o trajeto percorrido.

³ Para traçarmos a questão dos moradores de rua no interior paulista é necessário discorrer sobre o debate produzido na cidade de São Paulo, pois foi na capital paulista que se constituiu um saber sobre essa população graças à produção das primeiras pesquisas acadêmicas no país, bem como, ao início de práticas de gestão municipal nesse sentido.

marginalizadas, nesse sentido, a questão do *lumpemproletariado* veio à tona, pois mendigos, indigentes e prostitutas foram assentados nessa classificação, o que indicava a não inserção destes, de forma lícita e regular, no mundo do trabalho.

Os moradores de rua (denominados pelos acadêmicos durante muitos anos como mendigo) eram incluídos automaticamente na categoria de *lumpen*, que encobria a diversidade dessa população. Essa nomenclatura foi considerada durante anos apropriada, pois continha o potencial de revelar por si só o grau de miséria em que se encontravam as pessoas às quais ela se aplicava, dispensando informações adicionais que permitissem uma melhor caracterização dessa população. Todos esses fatores explicam o número reduzido de pesquisas sobre esse fenômeno urbano (GIORGETTI, 2010, p. 42).

Foi no âmbito desse debate que estudos sobre as periferias das grandes cidades passaram a ter relevância acadêmica nas pesquisas urbanas no Brasil. A ampla oferta de empregos industriais nas grandes cidades da região sudeste do Brasil, principalmente na cidade de São Paulo, durante o processo de modernização e industrialização, atraiu milhões de *migrantes* de todas as partes do país para servirem de mão de obra. Ao quantificar a situação supracitada, Cunha (1997) demonstra que, nos anos de 1970, a média anual de *migrantes* para o Estado de São Paulo foi de 305 mil pessoas.

Em relação à migração para a capital paulista, uma das primeiras pesquisas a apresentar o tema foi desenvolvida por Duran (1973) e abordava o processo de integração dos milhares de migrantes que chegavam, anualmente, na cidade. O estudo tinha como foco central o processo de integração dos migrantes rurais a uma sociedade urbana industrial. Neste contexto, a família e o grupo de parentes tornaram-se o ponto de apoio no processo de passagem para a vida urbana. De acordo com Durham (1973), a unidade doméstica e as relações primárias ofereciam ao indivíduo um tipo de apoio incondicional, necessário para esse processo de mudança. A migração, aliada ao projeto de ascensão social, tinha como elemento motivador os empreendimentos familiares, desse modo, a família se mantinha e se fortalecia em meio às condições urbanas de vida, como "grupo assistencial para segurança econômica dos membros", apesar dos possíveis conflitos internos gerados (DURHAM, 1973, p. 190). A *migração* é vista pela autora como um processo de integração de um contingente populacional a um sistema capitalista industrial e não como um fenômeno da urbanização. Assim, constitui um conjunto de

transformações que afetam a cidade e o campo, sendo, por sua vez, uma resposta à situação de crise em que se encontravam as comunidades rurais.

No entanto, os migrantes que não puderam contar com um trabalho registrado e, conseqüentemente, com a proteção garantida por este, ficaram presos a um salário reduzido, suficiente apenas a sobrevivência individual, pois o mesmo não oferecia condições para o provimento de uma família. As dificuldades financeiras causadas pelos baixos salários, que desencadearam a impossibilidade da manutenção do papel de provedor, provocaram a desagregação do grupo doméstico. Com a falência do projeto integrador baseado no trabalho formal e na família, a mendicância surgiu como uma alternativa de sobrevivência (DURHAM, 1973).

Como destacado anteriormente, a sociologia urbana, cujo foco foi a cidade de São Paulo, priorizou estudos sobre a periferia da metrópole, caracterizando o período de maior expansão da mesma. De acordo com Feltran (2011), o aparecimento das periferias urbanas como “sujeitos legítimos do espaço público” foi possível graças à leitura política dos movimentos populares do período, que expôs as periferias urbanas e as colocou em cena, visando à construção da democracia. “Estudar as periferias urbanas era também estudar a cena política brasileira.” (FELTRAN, 2011, p. 27).

É nesse contexto que “personagens” do centro, como prostitutas, *moradores de rua*, bêbados e loucos, não eram representantes legítimos do processo de mudança que se colocava enquanto projeto político para a nação. Nesse momento, surgem duas pesquisas, na área das Ciências Sociais, que deslocam suas análises para os mendigos que viviam no centro da cidade, como ressalta Costa (2007), “a periferia do centro”. A primeira pesquisa, apresentada por Stoffels (1977), foi realizada na cidade de São Paulo, e a segunda, desenvolvida por Neves (1983), no Rio de Janeiro⁴.

Stoffels (1977), ao realizar sua pesquisa de campo, entre os anos de 1973 e 1976, amparada por uma etnografia executada nas instituições e nas ruas e aportada pelo debate marxista do período, ressaltou que a categoria dos mendigos de São Paulo não poderia estar limitada à subcategoria do *lumpemproletariado*. O objetivo da autora foi analisar a “essência” dos mendigos, considerando suas práticas e seus significados, tendo

4 Outra pesquisa etnográfica de fôlego, no período, que desloca o olhar para o centro da cidade, é a de Perlongher (2008), na década de oitenta, que estudou a prostituição viril no centro da cidade de São Paulo.

em vista os efeitos macroestruturais que estes sofriam. Neves (1983) situou a questão da mendicância a partir das formas de reprodução social da classe trabalhadora: os mendigos faziam parte da heterogeneidade desta classe. Ao realizar sua pesquisa com base em entrevistas nas ruas e em instituições, a autora apresentou uma tipificação para o segmento, este constituído por *ex-trabalhadores*, *filhos de trabalhadores* e *migrantes*. O trabalho e a mendicância, para Neves (1983), foram recursos que asseguraram a sobrevivência de uma ampla camada da população.

As duas pesquisas supracitadas, ao utilizarem o termo mendigo, referem-se a pessoas que garantiam sua sobrevivência por meio da prática do pedido, seja para a complementação de renda ou para a sobrevivência nas ruas. O que as autoras trouxeram para o debate, em relação à construção de um campo de saber que se iniciava, foi deslocar o olhar e, com isso, chamar a atenção para a pobreza e para a heterogeneidade de situações encontradas na região central das cidades estudadas. Além disso, tais pesquisas introduziram no debate a relação da mendicância com o desemprego, com a migração e com os conflitos familiares. Desse modo, a mendicância, como estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora, denunciou a “falência” do projeto baseado na família e no emprego, pois este visava a integrar os *migrantes* à cidade, entretanto, quando o trabalhador/provedor, principalmente o homem, viu-se desempregado ou informalmente integrado ao mercado de trabalho, foi obrigado a encontrar, nas ruas, sua sobrevivência.

A crise econômica ocorrida no Brasil, na década de 1980, logo após o “milagre” econômico, intensificou o debate sobre o aumento das pessoas que viviam nas ruas. A equação resultante de fatores como a diminuição dos postos de trabalho, a rotatividade intensa da reinserção dos trabalhadores na produção (seja ela formal ou não) e a baixa qualificação da mão de obra acabou por gerar desemprego em massa, o que levou muitos a considerarem o “sair para a rua” como única solução (BARROS, 2004; VIEIRA; ROSA, 1997).

Na década de 1990, desapareceram mais de três milhões de postos de trabalho. Nesse momento, o debate a respeito dos moradores de rua e o discurso oficial das políticas públicas para esse grupo começaram a vincular a questão da presença de

peessoas vivendo nas ruas ao desemprego, como aponta uma pesquisa realizada por Rosa (1995), veiculada em jornais da época.

A relação migração, desemprego e existência de pessoas vivendo nas ruas foi bem ilustrada em relatos apresentados no Primeiro Encontro Nacional intitulado *População de Rua Brasil e Canadá*. Neste seminário, Neves (1995) apontou para a transformação embutida no processo de “virar mendigo”, situação que não resultava de uma escolha ou condição inata a esse ou aquele homem, mas de uma “situação prolongada de desemprego que tinha dilapidado seu fundo de consumo.” (NEVES, 1995, p.64). Segundo a pesquisadora, a situação prolongada de desemprego implica em um processo de desqualificação social para o trabalhador, que, até então, era considerado o provedor da família, o que lhe garantia atributos de respeito, autoestima e dignidade pessoal.

Nessa mesma linha, Barros (2004) aponta que estar na rua, nesse período, era uma consequência direta do desemprego e da desarticulação real e simbólica dos trabalhadores, que se tornaram, no processo de perda, homens e mulheres de rua. A rua, nesse momento, era o símbolo que denunciava a falência de tal projeto.

Barros (2004), em relação às novas maneiras de gerenciamento dos moradores de rua na cidade de São Paulo, apresenta, como exemplo, o Governo da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), período em foram desenvolvidos vários projetos com o objetivo de alocar essa população no mercado de trabalho, como o “Mutirão da Cidade”, que consistia em aproveitar essa população para limpar as ruas, tapar buracos, além de produzir blocos e vassouras. Além disso, houve a ampliação de vagas em albergues e a criação das Casas de Convivência⁵.

No início dos anos de 1990, um levantamento realizado pela Secretaria do Bem Estar Social encontrou 3.392 pessoas vivendo nas ruas ou em albergues, na região central da cidade de São Paulo⁶. Vieira e Rosa (1997), a partir da diversidade de trajetórias de vida que encontraram nas ruas, destacaram a população de rua como um segmento da classe trabalhadora, o que acabou por denunciar o desemprego como uma das principais

⁵ As Casas de Convivências eram serviços criados no governo Luiza Erundina, cujo objetivo foi oferecer um espaço de acolhida para os moradores de rua no período diurno.

⁶ Levantamento de 1991 apontou que: 90% dos moradores de rua pesquisados eram do sexo masculino; 65% tinham menos de 40 anos de idade; a maioria havia cursado o primeiro grau incompleto; e 50% dos entrevistados nasceram na região Sudeste; do total analisado. 90% possuíam familiares. Um dado interessante em relação ao alcoolismo: grande parte não o considerava uma doença. Em relação a essa questão, pesquisas recentes avançam nessa análise, a partir da relação com o autocuidado, conforme Martinez (2011).

causas da situação apresentada. As autoras ressaltam que esse processo está relacionado a questões conjunturais, que restringem o emprego e a moradia, e individuais, como a história de vida pessoal e as condições físicas e mentais.

Percebe-se, então, que, para a maioria dos estudos, a rua, na década de 1990, foi o que restou para alguns, após o fracasso do projeto integrador baseado na família migrante operária. A rua, nesse momento, era o símbolo da falência de tal projeto. Portanto, o mote explicativo, baseado na relação migração, desemprego e rua, construiu um discurso fundamentado em questões como “perdas, carência e falta”, por parte dessa população, o que marcou as pesquisas e as políticas públicas do período.

“Transformações” na política de assistência social

Segundo Maranhão (2009), entre os anos 1980 e 1990, ocorreram as reformas liberalizantes implementadas na América Latina e na África subsaariana. Na América Latina, as privatizações, as desregulamentações e a liberalização do comércio avançaram rapidamente. Como ressalta a autora, essa agenda política se notabilizou pela imposição de condições para a concessão de empréstimos, por parte do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, para a reestruturação das economias em crise a partir da década de 1980. Neste contexto, as experiências nacionais foram as responsáveis pela difusão desse ideário, por meio da influência ideológica na implementação de políticas públicas.

A crise econômica dos anos de 1970 é apresentada como uma crise de “gestão” do Estado e não mais como resultado das contradições internas do capitalismo. O Estado moderno “burocrático-keynsiano” de intervenção precisava ser reformulado e adaptado às novas condições do capitalismo globalizado. Uma das estratégias foi a transferência das atividades do setor público para o setor privado, de modo a estimular o comportamento racional e a criação de mecanismos de fiscalização e monitoramento (MARANHÃO, 2009).

A preocupação com o combate à pobreza, tão destacada pelos organismos internacionais e presente nas ações das políticas sociais no Brasil, segundo Maranhão (2009), tornou-se pauta do Banco Mundial a partir de 1968. O foco em relação à pobreza era aumentar a capacidade produtiva dos pobres por meio de investimentos em

educação e saúde, por exemplo. Essa reorientação, segundo Maranhão (2009), foi uma estratégia de “segurança política uma vez que tratava de gerir, por meio de empréstimos para aspectos sociais básicos, os potenciais conflitos decorrentes do agravamento da situação de pobreza” (MARANHÃO, 2009, p. 36).

Na perspectiva da gestão da pobreza, destacavam-se: a doutrina da boa governança⁷ (*good governance*), um novo consenso – consenso das oportunidades; e a construção de capacidades, que, nesse momento, era entendida como garantia de maior produtividade por meio do aumento da capacitação das pessoas, graças a investimentos em treinamento e saúde. É ao longo da década de 1990 que a ideia das capacidades sofre uma “virada teórica” e adquire destaque na doutrina da governança, a partir das argumentações de Amartya Sen (2001)⁸ que deslocam o homem para o centro desse processo.

Sob essa perspectiva, os pobres transformaram-se em sujeitos ativos, protagonistas da mudança social, pelo desenvolvimento de suas capacidades estratégicas. Neste contexto, surgem também ideias de participação e empoderamento dos pobres (beneficiários), bem como, de exigência de resultados, mensuração de impactos, profissionalização das relações com os atores envolvidos e fortalecimento da sociedade civil (MARANHÃO, 2009; IVO, 2008).

Em relação à política de Assistência Social, por não haver um interesse do Governo Federal sobre a questão, nas décadas de 1970 e 1980, Estados e municípios implantavam seus próprios programas. Os programas de Assistência Social, em sua maioria, eram coordenados pelas primeiras damas, ou seja, o assistencialismo marcava o caráter dessa política (ARRETCHE, 2000). Em relação aos moradores de rua, igrejas e entidades assistenciais encarregaram-se de “amparar” e atender esse segmento.

No campo das “transformações” da política de Assistência social, Ivo (2008) aponta que a Constituição de 1988 apresentou as bases institucionais de cidadania social no

7 Segundo Maranhão (2009), o termo *governance* remonta à modernização gerencial, a partir dos anos 1970, no mundo anglo-saxão, que foi incorporada ao discurso do Banco Mundial apenas no início dos anos de 1990. A doutrina da governança é composta por três grandes estratégias; a construção institucional, a boa governança e a redução da pobreza.

8 Em relação à teoria do Desenvolvimento Humano, Sen (2001) apresenta discussões sobre desigualdade e pobreza. Em relação à desigualdade, destacam-se a desigualdade econômica (bens, condições) e a de capacidades (potencialidades ligadas às características pessoais). Em relação à pobreza, destacam-se a pobreza de renda e a de capacidades. Para o autor, é preciso considerar as capacidades individuais para se conduzir a vida em direção à satisfação das necessidades básicas.

momento em que o modelo de bem estar social começa a ser questionado nos países de capitalismo avançado. Nesse momento, a Política de Assistência Social juntamente com a Saúde e a Previdência formaram o tripé da Seguridade Social no Brasil. Para a autora, é a primeira vez que aparece a noção de direitos universais como condição para o efetivo exercício da cidadania.

No começo da década de 1990, teve início o processo de transformação das políticas sociais a partir da Constituição de 1988. Graças à pressão dos movimentos sociais e de entidades ligadas à questão dos direitos das crianças e dos adolescentes, é instituída a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como avanço na organização da Assistência Social, destaca-se, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social, que inaugurava esta política sob a ótica dos direitos. Nesse sentido, Ivo (2008) ressalta que a Assistência Social, no campo da seguridade social, altera o arranjo político institucional controlado por oligarquias locais e entidades filantrópicas, em busca de uma ruptura com as práticas assistencialistas que vigoravam até então.

Com a Lei Orgânica da Assistência Social, teve início um processo de descentralização dessa política social, que direcionou aos municípios a incumbência de serviços como: organização de um conselho, criação de um fundo e desenvolvimento de um plano municipal para regularizar os repasses do Governo Federal aos municípios e entidades sociais, que, na época, apareciam como ONGS - organizações não governamentais (ARRETCHE, 2000). No entanto, essas primeiras transformações, no campo assistencial, estavam inseridas numa tensão, como destaca Ivo (2008), pois, de um lado, estava o regime democrático nascente, que buscava ampliar a cidadania e incluir politicamente, de outro, a dinâmica de uma economia que, historicamente, produziu as maiores taxas de desigualdade econômica.

No meio dessa tensão, o arranjo adotado pelo Estado brasileiro foi a adesão às orientações dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, voltadas para a desconcentração do Estado, o que significava: descentralizar as políticas, especificamente, as sociais; privatizar e flexibilizar grandes empresas estatais; e, posteriormente, focalizar as políticas sobre os mais pobres. Nesse sentido, Ivo assinala que:

[...] através de uma mobilização de princípios de caráter moral em defesa dos mais pobres, desvincula-se a pobreza dos seus determinantes estruturais e separam-se indivíduos submetidos a essa condição dos seus lugares efetivos no sistema produtivo. Por conseguinte, a assistência passa a se constituir no centro das ações de política social e um atributo individual daqueles que ‘moralmente’ têm direito ou potencialidade para desenvolverem-se (IVO, 2008, p. 151).

De acordo com Palotti e Costa (2011), a redemocratização não foi conduzida apenas pelas liberdades democráticas, visto que se procurou romper com o Estado unitário, estabelecendo um sistema político federalista com maior autonomia para Estados e municípios. Para as autoras, na década de 1990, a Assistência Social, em sua consolidação institucional, não foi conduzida como as outras políticas sociais, como a da Saúde, com o Sistema Único de Saúde (SUS). No governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a realização de algumas normativas para a assistência, como a discussão da representação popular por meio do Conselho Nacional e do Fundo Nacional de Assistência Social e a ampliação dos conselhos, fundos e planos municipais até o ano de 2001. Assim, a intervenção, via política pública, para os moradores de rua, permaneceu, majoritariamente, no campo assistencialista, mediado, principalmente, por entidades filantrópicas.

“Sem eira e beira” nas estradas do interior paulista

As transformações ocorridas na metrópole paulista em relação às dinâmicas migratórias e econômicas repercutiram no interior do Estado, como aponta Perillo (1996), pois o interior paulista se tornou a segunda concentração industrial do país. Já na década de 1970, algumas regiões do interior se consolidavam como lugares atrativos, como as cidades de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Conforme a autora:

O interior apresentou uma mobilidade espacial de grande magnitude, evoluindo de um saldo migratório negativo de 454 mil pessoas, da década de 60, para um saldo positivo de 787 mil pessoas, em 1970-80. No período de 1980-91, essa tendência persistiu, de tal modo que a migração alcançou um volume de 861 mil pessoas (PERILLO, 1996, p. 80).

Aliado ao crescimento populacional, o interior paulista apresentou um crescimento econômico impulsionado pelo processo de desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo. Esse processo, segundo Aranha (1996), possibilitou a

formação de um mercado de trabalho urbano-industrial e o desenvolvimento e expansão dos complexos agroindustriais mais modernos e avançados do país. Ainda segundo o autor, esse rápido crescimento econômico contribuiu para a constituição de regiões cada vez mais urbanizadas e interligadas por uma rede viária e ferroviária (ARANHA, 1996).

Nesse contexto de “progresso” vivido por várias cidades médias do interior paulista, a pobreza, o crescimento desordenado e o surgimento de periferias e de cidades-dormitório (SILVA, 1999) passaram a fazer parte do cotidiano das mesmas. Estas transformações propiciaram o surgimento de novas questões para os governos municipais⁹ (ARANHA, 1996).

As transformações econômicas e populacionais aliadas ao crescimento da pobreza e à constante presença de migrantes que procuravam trabalho, mas não tinham familiares ou uma rede de conhecidos nas cidades por onde passavam, acabaram por se tornar alvo de políticas públicas que tentavam resolver essa problemática diagnosticada pelos municípios.

Uma das primeiras pesquisas sobre a circulação de pessoas no interior do Estado de São Paulo foi realizada por Di Flora (1987), em uma cidade do Oeste Paulista. Ao debater sobre a bibliografia do período, a autora situa o surgimento da *mendicância*¹⁰ como um momento específico do modo de produção capitalista. Ao estudar o serviço oferecido por uma instituição assistencial, a autora apresenta a prática de doação de passagens como uma política de atendimento aos mendigos/trecheiros. Estes são entendidos como homens ou mulheres que correm o trecho¹¹ a procura de albergues para acolhimento durante alguns dias e para o recebimento da doação de passes para o transporte ferroviário, o que lhes possibilita transitarem entre as cidades ao longo do percurso do trem. Para a autora, a diferença entre o mendigo/trecheiro e o *migrante* é que o último não recorre à esmola.

9 Nesse período, no interior paulista, especificamente, na região estudada, foi grande o número de pessoas que procuravam trabalho no corte e na colheita da cana-de-açúcar. Com a instalação dessa população nas periferias das cidades e devido às péssimas condições de trabalho e às precárias condições de vida, algumas cidades se transformaram em “cenário de guerra”, como em 1984, na cidade de Guariba SP, e, em 1989, na cidade de Torrinha SP. A possibilidade do surgimento desses conflitos em diversas cidades provocou o medo desses migrantes “desconhecidos” nas cidades. Sobre os conflitos nas cidades citadas ver Silva (1999).

10 A autora utiliza o termo *mendigo* devido à tática do pedido como alternativa de auto reprodução.

11 Sobre o tema, ver Brognoli (1996), Martinez (2011) e Oliveira (2012).

As discussões sobre migração e desemprego que norteavam as questões relacionadas à pobreza e à existência de milhares de pessoas vivendo nas ruas dos grandes centros também atingiram os discursos e as ações desenvolvidas nas cidades do interior paulista. Construiu-se, assim, uma representação acerca desse novo tipo de migrante¹², que passou a ser classificado como itinerante. Aranha (1996) e Di Flora (1987), por exemplo, citam a criação do sistema de albergue aliado ao ferroviário, que cobria quase todo o Estado de São Paulo e controlava a entrada e a saída do grupo nos municípios. Segundo Aranha (1996), o transporte dessa população via trens era menos oneroso para as prefeituras do que mantê-la em suas cidades, e, para isso, o Governo do Estado de São Paulo colocava à disposição um vagão no final dos mesmos, destinado ao transporte desse contingente. Este mecanismo de expulsão dos *itinerantes* das cidades se destacou na década de 1990, principalmente, por meio do aluguel de ônibus e caminhões, que, clandestinamente, distribuía os *itinerantes* em cidades vizinhas.

Em relação à circulação entre as cidades, alguns projetos com o objetivo de reinserção social também foram criados, como, por exemplo, a obrigatoriedade do trabalho na limpeza de praças, ruas, cemitérios, hortos municipais e reciclagem do lixo. O objetivo era fazer com que a população que procurasse passagens nos albergues pagasse pelo serviço prestado (ARANHA, 1996). Nas cidades em que não havia o atendimento da FEPASA¹³, outras práticas de gerenciamento foram desenvolvidas, como no caso de Paulínia e Campos do Jordão, que, além de instalarem cancelas barrando a entrada desses migrantes/itinerantes, realizavam a distribuição de passagens rodoviárias para esse grupo (ARANHA, 1996).

Esses homens e mulheres “sem eira e nem beira”, segundo Rangel (1996), se configuraram como outro tipo de migrante, vinculado ao processo de *migração sucessiva*, que não tem parada, não tem sentido definido. Segundo a autora, a *migração sucessiva* ocorre quando a mudança de um local para outro tem um intervalo de tempo muito

¹²Os itinerantes, classificação realizada pelos albergues, são aqueles que se deslocam entre diversas cidades através da doação de passagens. Os trecheiros, categoria nativa, são aqueles que estão percorrendo o trecho a pé ou via institucional através da distribuição de passagens. Os moradores de rua ou população de rua é uma classificação que aparece nos anos 1990 sendo utilizado em substituição do termo mendigos pelos assistentes sociais e pelas pesquisas no período. O pardal é termo nativo usado para designar aqueles que pararam o trecho e se fixaram em alguma cidade. Sobre essas diferentes classificações ver Brognoli (1997), Di Flora (1987), Nascimento (2008), Martinez (2011) e Oliveira (2012).

¹³Ferrovias Paulista SA.

pequeno, insuficiente para a fixação de residência e para a aquisição de um endereço ou de um ponto fixo de referência.

Em meados dos anos 1990, foram realizados encontros regionais para debater a questão da população migrante, entendendo-se a migração sucessiva, citada por Rangel (1996), como a composta por indivíduos que recorrem aos albergues.

Segundo Rangel (1996), no período entre dezembro de 1996 e junho de 1997, foi realizada uma pesquisa, na região de Sorocaba, com 774 pessoas que se encontravam nos albergues da região. De acordo com Aragão (1997), esta pesquisa buscava apresentar a heterogeneidade das situações encontradas. Com base nos dados obtidos pela pesquisa, elaborou-se uma tipologia dos migrantes¹⁴: o grupo dos novatos e o dos adoentados, este formado por idosos. Os migrantes típicos, com idade abaixo dos cinquenta anos, não apresentavam problemas de saúde e estavam à procura de trabalho nas cidades onde existiam albergues. Foram considerados migrantes volantes os que pernoitaram em albergues de diferentes cidades, pelo menos, cinco vezes, nos últimos trinta dias. Eles eram do sexo masculino e, em sua maioria, perderam todos os documentos e tiveram algum problema com a polícia. Outras práticas se destacaram, como a construção de consórcios com o objetivo de debater a questão dos itinerantes para encontrar a melhor forma para atender esse contingente que não parava de chegar às cidades, conforme reportagem de um jornal da época.

Pesquisas como as acima citadas, aliadas a práticas de gestão, foram desenvolvidas pelos municípios paulistas. Aos poucos, tiveram origem, nessa região, discursos acerca desse novo tipo de migrante, que passou a ser classificado, pelos serviços de atendimento, como migrante/itinerante.

O interior paulista, nas décadas de 1980 e 1990, desenvolveu uma forma de gerenciamento que tinha, como característica, a circulação de pessoas por várias cidades. O albergue passou a ser a instituição que regulamentava essa circulação por meio da triagem das pessoas, e as secretarias de segurança pública faziam o controle destas no espaço urbano (DI FLORA, 1987; ARANHA, 1996). Como se pôde perceber, a questão migração, desemprego e situação de rua, no interior paulista, configurou-se com base em

¹⁴ Para a construção dessa tipologia, foram elencados, como variáveis: o número de cidades que o migrante pernoitou durante os últimos 30 dias e a procura pelo trabalho.

um discurso segundo o qual o indivíduo que vivia na rua era considerado errante e vagabundo, um forasteiro que não poderia ter acesso e nem fazia parte da cidade.

Notas finais

Ao se discorrer, brevemente, sobre as mudanças na política pública de atendimento aos moradores de rua, classificados como itinerantes, foi possível observar que se desenvolveram práticas de atendimentos influenciadas por concepções que compreendiam o viver na rua, naquele momento, como resultado da migração e do desemprego. Aos poucos, foi se originando um sistema de controle da circulação dos *estranhos* no espaço urbano das cidades.

Mudanças nas práticas de atendimento, a criação dos Albergues Noturnos e a inspeção da circulação dessa população nas cidades, com base no projeto *migrante/itinerante*, acabou por estabelecer um conjunto de práticas, entre elas, a distribuição de passagens para o transporte ferroviário e rodoviário e o transporte clandestino, o que possibilitou a construção de uma rede entre os municípios, cujo objetivo era promover a dispersão de todos os itinerantes das cidades por onde passavam. Essa estratégia, como destaca Oliveira (2012), acabou por criar um *dispositivo de Circulação* de trecheiros e itinerantes no interior paulista.

Essa rede de serviços, que tinha como objetivo principal a “resolução” da problemática urbana da migração, ancorada nos discursos e práticas apresentados, tornou-se possível devido à emergência de um número, cada vez maior, de pessoas que “não têm lugar no mundo”. Esse problema estrutural, ligado à migração e ao desemprego, produzia uma massa de desenraizados que perambulava pelas cidades. Como resolução da situação, o poder municipal acabou por gerar o surgimento de um novo sujeito, o migrante/itinerante: que não pertencia a nenhum lugar reconhecido e garantido aos outros. O resultado desses discursos e práticas de atendimento foi um movimento permanente para milhares de pessoas.

A expulsão diária de migrantes/itinerantes, propiciada por uma rede de serviços, no caso, os albergues noturnos, remete a algumas análises discutidas por Arendt (2009). De acordo com a autora, a fatalidade dos que não têm direitos não resulta do fato de terem sido privados da vida, da liberdade, da procura da felicidade, da livre expressão da

opinião ou da igualdade perante a lei, mas do fato de não pertencerem a nenhuma comunidade. A autora, ao ressaltar as perdas das pessoas privadas de direito, assinala que a primeira perda foi a do lar e a segunda, a da proteção do governo.

Para Arendt (2009), a perda do lar, para o indivíduo, significa a perda da estrutura social, do lugar onde nasceu e criou, para si, um lugar no mundo. A autora ressalta que, ao longo da história, sempre ocorreram migrações forçadas, por motivos econômicos ou políticos, mas o que se torna sem precedentes, para o sujeito, é a impossibilidade de encontrar um novo lar. Nesse contexto, “a calamidade de não ter direitos é o fato de não pertencer a qualquer comunidade” e, desse modo, os direitos “permanecem supérfluos porque não existe ninguém para reclamá-los.” (ARENDR, 2009, p. 329).

Essas ações exemplificam a sistemática de controle que se tornou possível devido à emergência de um número cada vez maior de pessoas que “não têm lugar no mundo”. Assim, por não pertencerem a nenhum lugar reconhecido e garantido aos outros, milhares de pessoas ficaram reféns do surgimento de discursos e práticas de atendimento que os puseram em movimento permanente, por meio de uma rede de gerenciamento de *itinerantes* no interior paulista.

Referências

- ANDERSON, N. *Le hobo, sociologie du sans-abri*. Paris: Armand Colin, 2011.
- ARANHA, V. Os albergues de migrantes no interior do estado de São Paulo: programas de ação social ou política de circulação de pessoas. *Travessia- Revista do migrante*, São Paulo, v. 96, p. 25-29, 1996.
- ARENDR, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARRETCHE, M. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. São Paulo: FAPESP, 2000.
- ARAGÃO, M. B. C. Um perfil dos migrantes que recorrem aos albergues da região de Sorocaba. *Travessia - a revista do migrante*, São Paulo, v. 97, p. 12-16, 1997.
- BARROS, J. S. *Moradores de rua - pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira*. 2004. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BROGNOLI, F. F. *Trecheiros e pardais: estudo etnográfico de nômades urbanos*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.

CUNHA, J. M. P. População e mobilidade espacial: características e transformações dos fluxos migratórios nas regiões paulistas. In: PATARRA, N. L.; et al. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas: Unicamp, 1997.

COSTA, D. L. R. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DI FLORA, M. C. *Mendigos: porque surgem, por onde circulam, como são tratados?* Petrópolis: Vozes, 1987.

DURHAM, E. *A caminho da cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

FELTRAN, G. S. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2011.

GIORGETTI, C. *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: FAPESP, 2010.

IVO, A. B. L. *Viver por um fio: pobreza e política social*. São Paulo: Annablume, 2008.

MARANHÃO, T. A. *Governança mundial e pobreza: do consenso de Washington ao consenso da oportunidade*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MARTINEZ, M. M. *Andando e parando pelos trechos: uma etnografia das trajetórias de rua de São Carlos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

NASCIMENTO, E. C. *Nomadismos contemporâneos: um estudo sobre errantes trecheiros*. São Paulo: UNESP, 2008.

NEVES, D. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 4 p. 28-36, 1983.

_____. Comentários. In: ROSA, C. M. M. *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo. Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, L. M. F. O. *Circulação e fixação: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua de São Carlos e a emergência de uma população*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Estudos de Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

- PALOTTI, P. L. M.; COSTA, B. L. D. Relações intra governamentais e descentralização: uma análise da implementação do SUAS em Minas Gerais. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 211-235, jun. 2011.
- PERILLO, S. R. Novos caminhos da migração no Estado de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, p. 73-83, 1996.
- PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.
- RANGEL, M. C. *Restos humanos em mobilidade: a casa de passagem de Presidente Prudente e a mobilidade do (não) trabalho - 1988 a 1996*. Dissertação (Mestrado em geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- ROSA, C. M. M. *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo. Hucitec, 1995.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Record, 2001.
- SILVA, M. L. L. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2009.
- SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.
- STOFFELS, M. G. *Os mendigos na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VIEIRA, M. A. C.; ROSA, C. M. M. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Recebido em: 01/11/2013

Aprovado em: 10/12/2013